

COLEGIADOS ESCOLARES: A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS QUE COEXISTEM COM AS IDENTIDADES INDIVIDUAIS

Fernanda Vieira de Macedo Moro¹

Daniely Hannah Alencar de Almeida²

Juliana Bastos Ferreira³

Juliana Rodrigues Rocha⁴

Kelly Cristina Batista de Castro⁵

Denilson Diniz Pereira⁶

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como os órgãos colegiados escolares contribuem para a construção de identidades coletivas que coexistem com as identidades individuais. A pesquisa, de caráter qualitativo (Oliveira, 2012) e baseada em revisão bibliográfica (Boccato, 2006), fundamenta-se nas concepções teóricas de Stuart Hall (2006) e Manuel Castells (1999), que discutem a multiplicidade e a fragmentação das identidades no contexto contemporâneo. As transformações sociais e culturais, impulsionadas pela globalização, tornam a identidade um processo dinâmico, marcado pela interação entre o individual e o coletivo. A história dos colegiados no Brasil remonta à Constituição de 1988 (Brasil, 1988), consolidando a gestão democrática da educação. Esses espaços possibilitam o diálogo entre diferentes atores da comunidade escolar, garantindo maior representatividade e interação entre identidades individuais e coletivas. No entanto, para que os colegiados desempenhem esse papel, é necessário fortalecer práticas inclusivas e democráticas. Ao promoverem a negociação identitária, os colegiados ampliam a participação ativa na escola e fortalecem o compromisso com a cidadania. Assim, além de instâncias administrativas, tornam-se espaços de construção coletiva do saber, fundamentais para uma educação transformadora e alinhada às complexidades contemporâneas. Dessa forma, os colegiados não apenas contribuem para a gestão participativa da escola, mas também desempenham um papel fundamental na construção de uma educação mais democrática e transformadora.

Palavras-chave: Identidades, órgãos colegiados, representatividade, pertencimento.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, fvdmm.mic24@uea.edu.br

² Graduada em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, danelly.alencardh@gmail.com

³ Mestra em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, julianabastosped@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, lyanarodrigues15@gmail.com

⁵ Mestra em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA, kelly_86batista@hotmail.com

⁶ Professor orientador: Pós Doutor em Educação, professor Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, denilsondiniz@ufam.edu.br



As inúmeras transformações ocorridas na sociedade nos últimos tempos, principalmente decorrentes do processo de globalização em todo o planeta, nos surpreendem por sua velocidade e nos desafiam diariamente a refletir sobre a diminuição das barreiras identitárias por meio de variadas trocas e compartilhamentos que vivenciamos na sociedade: social, pessoal, profissional, sexual, político e educacional. As sociedades tornaram-se mais complexas e tecnológicas, exigindo novas formas de estar, pensar e conviver. As velhas identidades, que por longos tempos estabilizaram o mundo, dão hoje lugar a novas identidades, formadas e transformadas continuamente (Hall, 2006).

O artigo aqui disposto tem caráter qualitativo, pois busca explicar as características dos resultados das informações obtidas (Oliveira, 2012). Nesse sentido, pautado na pesquisa bibliográfica, “que busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas” (Bocato, 2006, p. 266), busca-se analisar como os órgãos colegiados escolares promovem a construção de uma identidade coletiva entre os seus membros e como essa identidade interage e coexiste com as identidades individuais.

As etapas da construção do artigo iniciaram durante o componente curricular Tópicos em Teorias da Cultura, do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na troca e leitura das primeiras bibliografias a serem trabalhadas ao longo do período letivo. Muitas discussões foram realizadas durante as aulas, especialmente na escolha do livro "Identidade cultural na Pós-modernidade", de Hall (2006), para ser apresentado. Tanto as discussões quanto as leituras e apresentações geraram *insights* valiosos para a construção do artigo proposto.

A complexidade da formação de identidades no contexto escolar pode ser profundamente enriquecida pela aplicação da teoria proposta por Hall (2006). Com sua abordagem sobre identidades culturais, o referido autor discute a multiplicidade de identidades, ressaltando como estas são moldadas por fatores históricos, culturais e sociais. Sua teoria do sujeito fragmentado é particularmente relevante no ambiente escolar, onde os estudantes estão constantemente negociando e renegociando suas identidades em resposta às diversas e, muitas vezes, conflitantes influências de suas comunidades e da instituição educacional.



Os órgãos colegiados e a construção da identidade coletiva

A história dos órgãos colegiados escolares no Brasil remonta à década de 1970, impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicavam maior participação na gestão das escolas públicas. Esse movimento resultou na garantia constitucional de gestão democrática do ensino, consolidada na Constituição de 1988. Os órgãos colegiados foram ganhando espaço como instâncias de deliberação e acompanhamento, promovendo a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Freire (1991), destaca a importância da escuta ativa e do envolvimento da sociedade na educação, ressaltando os desafios desse processo transformador. Para o referido autor é necessário mudar a cara da escola pública e isso implica ouvir meninos e meninas, sociedades de bairro, pais, mães, diretoras, delegados de ensino, professoras, supervisoras, comunidade científica, zeladores, merendeiras (...). “É claro que não é fácil! Há obstáculos de toda ordem retardando a ação transformadora” (Freire, 1991, p. 35 e 75).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil,1996) reforça essa perspectiva, garantindo a gestão democrática por meio da participação ativa no projeto pedagógico e nos conselhos escolares. Compostos por diferentes segmentos da comunidade escolar, os colegiados são espaços de convivência e negociação identitária. Para Vasconcellos (2009, p.63), “o Conselho deve ser um espaço de diálogo e decisão, resgatando o papel dos sujeitos históricos na transformação da escola”. Oliveira (2022) enfatiza que os Grêmios Estudantis possuem força política na democratização da gestão escolar e no desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

Os colegiados escolares vão além da representação formal, sendo espaços de discussão e construção de soluções para o cotidiano escolar. Ao trazer diferentes vozes e perspectivas, promovem um ambiente inclusivo e dinâmico, enriquecendo a cultura escolar e fortalecendo identidades coletivas. Essas interações são marcadas por negociações identitárias, onde os participantes buscam reconhecimento e validação de suas perspectivas e contribuições e essas negociações influenciam diretamente a dinâmica educacional, pois a diversidade de vozes e experiências pode enriquecer as discussões e as decisões tomadas.

Quando diferentes identidades são reconhecidas e respeitadas, cria-se um



ambiente mais acolhedor e inclusivo, onde todos os membros da comunidade escolar se sentem parte integrante do processo educacional. A presença ativa de diversos grupos nos órgãos colegiados promove a construção de uma cultura escolar inclusiva e de identidades coletivas. Tanto as identidades individuais quanto as coletivas resultam de uma interseção de diversos fatores socioculturais mais amplos.

Assim, as identidades são sempre relacionais, dependendo do reconhecimento mútuo. Hall (2006) destaca que as identidades são construções históricas e moldadas pela interação social, reforçando a importância da participação ativa nos processos educacionais. Dessa forma, os órgãos colegiados desempenham um papel essencial na construção de identidades coletivas na escola, promovendo o diálogo, a colaboração e a inclusão, elementos fundamentais para uma educação democrática e transformadora.

Sujeito Pós-Moderno: Construção de Identidades

O sujeito pós-moderno tem a identidade dinâmica na qual se define e se transforma em relação à sua cultura. Castells (1999) destaca que as identidades se entrelaçam com a trajetória de vida, projetos futuros e experiências individuais, permitindo tanto o reconhecimento próprio quanto a diferenciação do outro.

Os estudos sobre identidade aqui apresentados serão pautados em algumas concepções apresentadas por Hall (2006), que propõe três concepções de identidade: o sujeito iluminista, unificado e fixo desde o nascimento; o sujeito sociológico, moldado pela interação social; e o sujeito pós-moderno, que assume múltiplas identidades, fragmentadas e mutáveis. Para Hall (2006, p.10-13), "(...) o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente". Assim, a identidade unificada é uma ilusão, pois vivemos em constante transformação.

A globalização intensifica essa dinâmica identitária. Giddens (2022) define a globalização como a conexão entre eventos locais e distantes, alterando a forma de viver e reforçando a fluidez identitária. No contexto educacional, a escola se torna um espaço central para a formação das identidades, onde alunos interagem com diferentes discursos, valores e práticas culturais, como pontuado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013), a escola deve ser um espaço de pluralidade, baseado na



liberdade de aprender e ensinar.

As escolas, portanto, funcionam como fio condutor que une, orienta e exhibe todo um conjunto de referências acerca da construção das identidades. Bauman (2005) argumenta que as escolas são mais do que instituições: são comunidades de vida. Nos colegiados escolares, essa complexidade se acentua, pois múltiplos agentes interagem e negociam identidades, assim,

a identidade de uma pessoa é formada com base em muitos fatores: sua história de vida, a história de sua família, o lugar de onde veio e onde mora, o jeito como cria seus filhos, fala e se expressa, enfim, tudo aquilo que a torna única e diferente das demais. (Iphan, 2012, p.7)

Portanto, a identidade no contexto pós-moderno é um processo contínuo de troca, negociação e construção, onde as fronteiras identitárias são permeáveis e fluidas. Medeiros (2009, p.113) reforça que a identidade individual surge da interação entre o "eu" e o "outro", sendo uma construção social contínua. Nos conselhos escolares e grêmios estudantis, essa fluidez se expressa na multiplicidade de identidades que emergem em diferentes contextos. Essas dinâmicas são essenciais para garantir representatividade e engajamento, mas também geram conflitos, exigindo constante adaptação e diálogo.

As identidades expressam nossa posição social e visão de mundo, refletindo paradoxos entre pertencimento e diferenciação. Nesse sentido, a escola deve considerar essa diversidade, mas enfrenta desafios estruturais, como apontado por Lima (2008), que observa a fragmentação do olhar sobre a escola, dificultando uma abordagem integral.

A escola nunca chega a ser abordada na sua totalidade e complexidade, mas antes cindida e fragmentada em múltiplos olhares cirúrgicos, de tipo micro-analítico, incidindo sobre objectos de estudo insulares e atomizados, relativamente independentes e desligados uns dos outros. (Lima, 2008, p. 86).

O afastamento entre os envolvidos no ambiente escolar compromete o processo educacional. Para superar essa fragmentação, a escola deve fomentar a socialização e a participação ativa de todos os agentes, promovendo um espaço de interação contínua. Os colegiados escolares enfrentam desafios não apenas na convivência com diferentes identidades, mas também na luta contra a individualização e o desengajamento, características marcantes do sujeito pós-moderno.



O senso de pertencimento e as representatividades dentro dos colegiados escolares

O senso de pertencimento é um elemento fundamental na formação das identidades. Sentir-se parte de uma comunidade escolar, onde suas contribuições são valorizadas e sua identidade é reconhecida, é essencial para o desenvolvimento dos colegiados escolares.

O pertencimento, quando favorecido pelo contexto escolar, tende a promover vinculações mais adequadas aos processos proximais ensejados pela escola. Isto é, a pertença é uma condição necessária para interações saudáveis e produtoras de desenvolvimento, sobretudo no microsistema escolar. (Bruniera, D. S.; Oliveira, F. N.; Godoi, G. A.; Bianchini, L. G. 2018, p.138 - 139)

A representação nos colegiados é um fator determinante para estimular o envolvimento dos estudantes e demais segmentos da comunidade escolar. Hall (2006) ressalta que a identidade é um processo dinâmico, moldado por influências históricas, culturais e sociais. Assim, ao participarem de colegiados, os indivíduos experimentam trocas e debates que reafirmam suas identidades, promovendo um sentimento de pertencimento e construção coletiva.

O fortalecimento desse senso de comunidade também passa pela democratização da gestão escolar, permitindo que diferentes vozes sejam ouvidas. Freire (2016) destaca a importância de incentivar a participação ativa: “Uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é proporcionar condições em que os educandos (...) assumam-se como seres sociais e históricos, pensantes e transformadores” (Freire, 2016, p. 46). Souza (2003) reforça esse ponto ao afirmar que a democracia é essencial para o desenvolvimento de identidades autônomas e adaptáveis às mudanças sociais, “prontas para adaptar-se e responder a rápidas mudanças sociais, culturais e econômicas. Tal representação enfatiza a liberdade e a interdependência, a tolerância e o respeito mútuo, a iniciativa e a competência para o trabalho construtivo e cooperativo” (Souza, 2003, p. 25).

Os colegiados escolares representam, portanto, espaços de interação e formação de identidades, nos quais os sujeitos podem experimentar o diálogo, a participação ativa e a construção coletiva. Promover um ambiente inclusivo nesses espaços significa fortalecer a democracia, a consciência crítica e a identidade dos sujeitos, preparando-os para uma sociedade mais justa e participativa.



Considerações Finais

Este artigo buscou compreender como as identidades são construções dinâmicas que emergem da intersecção entre experiências individuais e estruturas sociais, sendo a escola um espaço privilegiado onde essas identidades se negociam e se fortalecem por meio dos colegiados.

Nesse sentido, caracterizado pela fluidez e pela pluralidade, os colegiados escolares representam oportunidades e desafios para a construção de identidades. Quando reconhecem e valorizam a diversidade, tornam-se espaços mais inclusivos e democráticos. No entanto, para que cumpram esse papel de maneira eficaz, é fundamental investir em estratégias que favoreçam o diálogo, a mediação de conflitos e a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar. Dessa forma, os colegiados podem contribuir não apenas para a gestão participativa, mas para uma cultura educacional alinhada às complexidades do mundo contemporâneo.

Mais do que instâncias administrativas, os órgãos colegiados são fóruns de construção coletiva do saber e de exercício da cidadania. Ao garantir que todas as vozes sejam ouvidas, esses espaços fortalecem a democracia na escola e promovem uma educação comprometida com a liberdade e a autonomia dos sujeitos, como defendeu Paulo Freire, “uma educação coerente com a liberdade e luta para que todos sejam eles mesmos, promovendo uma produção comum do saber e da liberdade em um ambiente democrático” (Freire apud Gadotti, 2010, p. 69).

Nesse sentido, é essencial que os colegiados escolares estejam atentos às transformações identitárias que marcam a sociedade contemporânea. Ao adotarem práticas mais inclusivas e representativas, ampliam o sentimento de pertencimento e favorecem a construção de identidades coletivas que coexistem com as individuais. Isso significa que, mesmo inseridos em um grupo maior, cada sujeito mantém sua singularidade, ao mesmo tempo em que compartilha valores e experiências comuns. Esse equilíbrio dinâmico entre identidade pessoal e pertencimento coletivo é essencial para o fortalecimento da participação social e do engajamento democrático.

Por fim, espera-se que esta reflexão não apenas contribua para o debate teórico sobre a formação de identidades nos colegiados escolares, mas também ofereça subsídios para práticas educacionais mais acolhedoras, diversas e participativas. O fortalecimento



dos colegiados como espaços de construção identitária e diálogo pode resultar em uma escola participativa, em que cada indivíduo se reconheça e se sinta parte ativa do processo educativo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2013

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Ver. Odontol. Univ. Cidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRUNIERA, D. S.; OLIVEIRA, F. N.; GODOI, G. A.; BIANCHINI, L. G.. **Pertencimento à escola: Sentidos atribuídos por alunos do Ensino Fundamental II**. Educ. Londrina, V.3, N.1, P.133-154, Jan./Jun. 2018

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar**. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

IPHAN. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner.

LIMA, Licínio C. **A “escola” como categoria na pesquisa em educação**. Educação Unisinos, São Leopoldo, v. 12, n. 2, p. 82-88, 2008

MEDEIROS, João Luiz. A identidade em questão: notas acerca da uma abordagem complexa. In: DUARTE, Maria Beatriz Balena; MEDEIROS, João Luiz (Orgs.) **Mosaico de Identidades: interpretações contemporâneas das ciências humanas e a**



temática da identidade. Curitiba: Juruá, pp. 103-126, 2009.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer Pesquisa qualitativa**. ed. 4. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Gavioli de; LUIZ, Maria Cecília; SILVA, Camila Perez da. **Participação e protagonismo juvenil na perspectiva dos Grêmios Estudantis**. e-Curriculum, São Paulo , v. 20, n. 3, p. 1415-1431, jul. 2022.

SOUZA, V. **Juventude, solidariedade e voluntariado**. Salvador: Fundação Odebrecht; Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

